

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
PROPOSTA PARA O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR**

CARLOS ROBERTO ALBERTON

**FOZ DO IGUAÇU - PR
NOVEMBRO, 2011**

CARLOS ROBERTO ALBERTON

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
PROPOSTA PARA O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial para obtenção do título de Especialização em Gestão Pública Municipal, sob orientação do Professor Rodrigo Oliveira Soares.

FOZ DO IGUAÇU - PR
NOVEMBRO, 2011

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1.1.	
Apresentação/Problemática.....	06
1.2. Objetivo Geral do trabalho:.....	06
1.3 Justificativas do objetivo:.....	07
2 REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA:.....	09
3. Metodologia:.....	13
4. Organização Pública:.....	14
4.1 Descrição Geral:.....	14
4.2 Diagnóstico da situação-problema:.....	17
5. PROPOSTA:.....	20
5.1 – Desenvolvimento da Proposta e plano de implantação:.....	20
5.2 - Recursos:.....	23
5.4 - Resultados esperados:	23
6. CONCLUSÃO:.....	25
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	26
8. ANEXOS:.....	27

INTRODUÇÃO

O cidadão é o titular da gestão e não apenas mais um mero espectador das realizações do poder público, ele exerce direitos, cumpre deveres e goza de liberdades em relação à administração pública.

Inúmeras barreiras tentam impedir o direito de participação do administrado no Brasil e uma delas é a falta de estrutura administrativa, dificultando sobremaneira a implementação dos avanços buscados pela população.

Por outro lado, a mais forte barreira no Brasil é de natureza cultural, já que o modelo político adotado, chamado de democracia, encontra-se ainda em fase de aperfeiçoamento, tendo em vista o longo período de ditadura militar que tomou conta do País.

Este estudo busca abordar a pouca participação do cidadão nas decisões que envolvem a administração pública no Município de Santa Terezinha de Itaipu, dando ênfase às audiências públicas, instrumento presente na legislação já há algum tempo, principalmente depois da promulgação da Constituição de 1988, mas de pouco interesse popular.

Há restrita bibliografia pátria específica acerca do tema que parece interessar pouco aos estudiosos brasileiros, os quais dedicam apenas algumas linhas ao assunto em suas obras.

A audiência pública é uma das formas de participação popular e sua realização se constitui em uma prática das mais inovadoras no sistema jurídico administrativo brasileiro.

Diante da impossibilidade de estudar todos os campos de aplicação das audiências públicas, por questão prática será delimitada as da Lei de Responsabilidade Fiscal, que está prevista na Lei Complementar nº 101, sendo o principal instrumento regulador das contas públicas no Brasil.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece metas, limites e condições para a gestão das Receitas e das Despesas e obriga os governantes a assumirem compromissos com a arrecadação e gastos públicos, segundo os princípios constitucionais elencados no “caput” do artigo 37 da Constituição Federal, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Este estudo

dá destaque principalmente à transparência na gestão pública, através da participação popular, consubstanciado nas audiências públicas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal está calcada em quatro eixos principais, que são o planejamento, **a transparência**, o controle e a responsabilidade. Este estudo visa abordar um destes pilares, que é a transparência, consistindo além da ampla e diversificada divulgação dos relatórios nos meios de comunicação, a participação e avaliação dos gastos públicos demonstrados em audiências públicas.

Consta da Lei de Responsabilidade Fiscal, a obrigatoriedade o Poder Executivo avaliar quadrimestralmente o cumprimento de metas fiscais em audiência pública, possibilitando a sociedade exigir ações e cobrar providências de seus governantes.

É neste sentido que se desenvolve este pequeno estudo, buscando apresentar uma proposta de modificação do roteiro das audiências públicas quadrimestrais, uma espécie de “guia prático”, como instrumento para que a Prefeitura de Santa Terezinha de Itaipu possa ter resultados eficientes na realização de suas audiências públicas, partindo-se da constatação de que a população não tem demonstrado interesse pela participação nestes eventos.

O objetivo geral é aumentar a participação do povo nas audiências públicas, diversificando o pessoal presente, buscando a presença de representantes comunitários, líderes das organizações civis e religiosas e a comunidade em geral, de forma que seja realmente representativa de toda a sociedade.

Verifica-se atualmente que apenas os servidores da cúpula da administração pública do Município participam das audiências públicas, agindo passivamente ao que é exposto pelos técnicos durante sua realização. Inclusive a presença dos Legisladores Municipais quase sempre é ínfima quando não inexistente, segundo consta do questionário obtido dos técnicos da Prefeitura.

1.1 Apresentação/Problemática

Este trabalho foi realizado junto à Prefeitura Municipal do Município de Santa Terezinha de Itaipu, durante os meses de maio/setembro de 2011, junto às Secretarias de Planejamento e de Finanças, buscando aumentar a participação popular nas audiências públicas quadrimestrais, sob a responsabilidade destas Secretarias.

O problema enfocado no trabalho diz respeito à pouca participação da comunidade local nas referidas audiências públicas, constatado pelo questionário feito junto aos técnicos que organizam estas audiências, anexos a este trabalho.

Os servidores consultados informam que a população não participa das audiências públicas, apesar da ampla divulgação dada a estes eventos, sendo este um problema para os técnicos que as organizam, pois nunca sabem ao certo se estão procedendo corretamente ou não em seu trabalho, principalmente quanto à eficiência destas audiências públicas.

Diante desta constatação, o trabalho pretende contribuir para que as audiências públicas tenham mais participação, oferecendo técnicas para despertar o interesse coletivo, dada a relevância do assunto.

Para a administração Pública em geral o estudo é importante, pois o aumento da participação popular dará maior respaldo nas decisões a serem tomadas pelo gestor público.

É importante para a administração pública que suas ações sejam avaliadas pelo destinatário do serviço público e este é o objetivo principal deste trabalho, além de contribuir para a tão esperada transparência na administração pública.

1.2. Objetivo geral do trabalho

O objetivo geral deste trabalho é propor ações para aumentar a participação popular nas audiências públicas do Município de Santa Terezinha de Itaipu, através de modificações procedimentais e de organização para despertar o interesse público, indispensável para a interação poder público/cidadão na transparência da aplicação das verbas públicas e definição das políticas públicas no âmbito da municipalidade.

A problemática apontada pelos técnicos da administração pública ligados à audiência pública que afirmam a pouca participação nestas audiências, foi o ponto inicial para este estudo, buscando formas para reverter este quadro, iniciando-se pela modificação da própria metodologia de organização de tais eventos, buscando contribuir para que sejam mais dinâmicos, alterando sua forma meramente expositiva.

1.3. Justificativas do objetivo

A administração Pública, por sua natureza, deve prestar contas de suas realizações, principalmente com relação aos gastos públicos.

Além das diversas formas de prestação de contas, quais sejam de publicação de balanços, demonstrativos e prestações de contas anuais, a legislação pátria exige a prestação de contas através da participação direta da população nas audiências públicas.

Aí reside um dos pilares da democracia, quando a administração pública dirige-se diretamente ao povo, mostrando suas realizações, seus gastos e abrindo a discussão sobre sua atuação como gestora dos recursos públicos.

É através da audiência pública que o gestor tem contato direto e personalizado com cada contribuinte/eleitor, mostrando suas ações e submetendo à sua avaliação necessária e obrigatória.

Ter uma forma eficiente de prestação de contas é uma necessidade da administração pública e a audiência pública é o mecanismo para que isso aconteça, porém ela precisa ter seus objetivos bem definidos e sua organização tem que dar respaldo para que a transparência aconteça na prática.

Incentivar e valorizar a participação do cidadão nas audiências públicas é um desafio, pois hoje não se busca mais apenas a realização de audiências públicas para cumprir requisitos legais, mas sim que realmente possibilite o amplo debate acerca das realizações, dos gastos e das ações do poder público.

A coletividade necessita deste mecanismo para que a democracia seja real e atinja seus objetivos, pois hoje a sociedade é quem faz o controle social da administração pública e não apenas assiste passivamente os acontecimentos.

Apesar de ser uma obrigação legal, é uma nova realidade que a democracia brasileira atravessa, quando o gestor público se submeta ao controle da população, esta sim, a grande gestora de todos os recursos que gera.

Tanto a administração pública quanto a população necessita de mecanismos eficientes de prestação de contas e transparência, de forma a possibilitar a discussão e avaliação dos gastos públicos, com resultado imediato para correção dos erros e busca dos acertos, tendo como mecanismo a audiência pública.

2. REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

A falta de participação da população nas audiências públicas foi o principal problema levantado pelos técnicos das Secretarias de Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, conforme se depara da entrevista feita junto às autoridades da administração pública municipal ligadas à organização das audiências, conforme dados do anexo I.

Durante a concretização deste estudo, houve a participação pessoal do autor em algumas audiências públicas de responsabilidade da Prefeitura Municipal, realizadas junto à Câmara Municipal da Cidade e foi constatado que realmente há um número reduzido de pessoas alheias à administração que participam, se levado em consideração o número de habitantes da cidade, hoje em torno de vinte e um mil habitantes.

A participação popular é fraca e quase sempre envolve apenas os servidores da Prefeitura diretamente envolvidos na pasta responsável pelos gastos e este é um problema que precisa ser corrigido, tendo em vista a importância do exercício da soberania popular através da sua intervenção direta nas decisões da administração pública.

A questão cultural dos itaipuenses desacostumados com a democracia por um longo período de ditadura militar no País pode ser a explicação para este fato que terá que ser contornado, sob pena de comprometer a boa gestão.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, antes da realização das audiências públicas é feito um intenso trabalho de publicidade junto aos órgãos de imprensa, Câmara de Vereadores e através de editais em locais estratégicos, além de convites direcionados aos representantes de associações de bairros, partidos políticos, entidades organizadas da sociedade civil e outras congêneres. Mesmo assim a participação é inexpressiva.

No âmbito da legislação pátria, uma das tentativas para incrementar a participação da população foi a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, dando grande passo para enfrentar a situação.

Esta Lei obriga a realização de audiências públicas o que já é um grande avanço, porém precisa ir mais além e se consolidar como instrumento de mudança

do comportamento tanto do povo quanto da própria administração pública em todos os níveis.

O cidadão terá que ter consciência que somente através da audiência pública poderá obter informações e conhecimento das ações da administração pública, tendo possibilidade de avaliar a conveniência, a oportunidade e a intensidade de suas ações, na medida em que estará administrando de forma compartilhada.

2.1 Audiências públicas obrigatórias na Lei de Responsabilidade Fiscal

O espírito de conferir aos atos do administrador a mais completa transparência foi incorporado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo Artigo 9º, § 4º, tem o seguinte teor:

“§ 4o Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, **em audiência pública** na comissão referida no § 1o do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.”

O objetivo do legislador, ao estabelecer a obrigatoriedade da audiência pública na apresentação dos relatórios de execução fiscal, ao que parece, foi fornecer ao cidadão um meio de conhecimento e debate em torno das contas dos órgãos públicos. Constitui-se, portanto, a audiência pública em instrumento fundamental do Estado Democrático de Direito, pois cria um espaço destinado a que o cidadão não apenas conheça, mas analise e debata os números que lhe são apresentados.

Sobre as audiências públicas, destaca SOARES: “Seus principais traços são a oralidade e o debate efetivo sobre matéria relevante”.

Apesar de não haver uma exigência legal quanto à forma de organização e de participação da população nas audiências públicas, o discurso é livre, mas o foco central diz respeito às metas fiscais, devendo o roteiro básico se concentrar em quatro pontos centrais: resultados, receitas, despesas e dívida pública.

Quando a audiência se referir ao último quadrimestre do ano, deve ser abordado também sobre os Restos a Pagar e as disponibilidades de caixa apuradas no final do ano.

2.2 Das audiências públicas em Santa Terezinha de Itaipu

É da competência municipal regulamentar os processos das audiências públicas uma vez que inexistente legislação superior sobre o assunto.

Algumas diretrizes de participação popular já estabelecidas em outras leis são aproveitadas, como a necessidade de se divulgar as datas de realização com antecedência para os interessados se prepararem para a audiência.

Atualmente as audiências públicas no Município pesquisado são organizadas pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura, sob responsabilidade do Secretário Municipal Celso Valiati em conjunto com a Secretaria de Finanças, sob a responsabilidade do Secretário Municipal Paulo Aparecido dos Santos.

Estas Secretarias fazem todos os preparativos, desde a divulgação da data da audiência, a convocação via jornais, rádio e editais. Expedem os convites às entidades organizadas da cidade, Associações, escolas, Câmara de Vereadores e outros.

O material a ser explanado é de responsabilidade do setor de contabilidade, que organiza a apresentação, utilizando-se de recursos modernos como data-show e sistema de som.

A Audiência pública do quadrimestre é realizada no Plenário da Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu. No dia da audiência, o setor de Planejamento organiza um livro de presença onde é registrada a presença de todos, na entrada do Plenário que dá acesso ao público.

As explicações são feitas por Secretaria e cada Secretário expõe todos os dados das despesas realizadas no quadrimestre, em detalhes.

Após a explanação de cada Secretário, é aberto espaço para perguntas por parte dos participantes da audiência.

Ao final o Secretário de Planejamento faz o encerramento, com os agradecimentos de praxe.

3. METODOLOGIA

A metodologia do trabalho consistiu em questionários dirigidos aos técnicos das Secretarias de Planejamento e de Finanças da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, com o objetivo de coletar informações sobre as audiências públicas por eles realizadas, através de perguntas abertas, conforme anexo...

Os dados foram tabulados de forma a compreender a dimensão do problema levantado, cabendo destaque à questão No. 07, de maior interesse para o trabalho proposto, tendo em vista tratar-se da participação popular efetivamente em foco.

A partir da pergunta: “***na sua opinião, como deveria ser organizada uma audiência pública para cumprir sua finalidade***”, foi que se revelou toda a problemática que envolve este trabalho, onde fazem menção especificamente à pouca participação popular.

As respostas a esta pergunta deram o impulso para a realização deste trabalho, a partir da constatação de que a população não tem interesse em participar das audiências públicas, mesmo havendo um empenho incomensurável para que participem.

Além do questionário, também a participação pessoal em algumas audiências públicas realizadas dentro do período de pesquisa revelou que sua forma de organização não favorece a participação das pessoas presentes, constituindo-se em apresentações expositivas através da fala de apenas uma pessoa.

Geralmente, apenas o contador da Prefeitura Municipal explanava os números e dados da despesa pública aos presentes, sem a participação dos gestores e muito menos dos presentes ao ato.

Na última audiência pública realizada em 29 de setembro de 2011, houve a alteração da metodologia de apresentação, com a participação e intervenção de todos os Secretários Municipais, cada um expondo os números e resultados de sua pasta, de forma simples e objetiva, utilizando-se da linguagem coloquial.

Esta já foi uma inovação deste trabalho que rompeu com o caráter expositivo unilateral dos técnicos e abriu a participação para os Secretários Municipais, agentes nomeados pela Prefeitura Municipal em cargos comissionados que são sensíveis à política aplicada por orientação do gestor principal.

Com a participação de todos os Secretários, cada um tendo que conhecer previamente os dados de sua Secretaria, houve maior interesse e a valorização desta audiência pública, elevando o grau de importância até então considerado como mero procedimento administrativo.

Com a necessidade de cada Secretário inteirar-se dos dados, números e estatísticas de sua Secretaria, cada Secretário tornou-se parte de um todo, dentro de suas especialidades e isto foi percebido claramente durante a realização da última audiência pública, cujas fotos estão no anexo.

4. ORGANIZAÇÃO GERAL

O trabalho foi desenvolvido na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu – Paraná.

Figura 1: Prédio da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu.



Nota: Fotografia do prédio da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, fonte: <http://www.stitaipu.pr.gov.br/index.php?id=1031>

4.1. Descrição geral:

Santa Terezinha de Itaipu tem um história que se confunde com a de muitas outras cidades da região Oeste do Paraná, pela forma de colonização. Durante o ciclo da erva-mate e da madeira, onde hoje se encontra a sede do Município de Santa Terezinha de Itaipu, havia uma mata densa e compacta, rica em madeira de alto valor comercial.

No início do século XX, foram feitas algumas concessões para a exploração da erva-mate, a atual área do município fazia parte destas concessões, as quais posteriormente voltaram a incorporar-se ao Patrimônio da União. A extração da erva-mate tornou-se comercialmente impraticável em função das normas adotadas, fazendo com que toda a região Oeste paranaense fosse interrompida em sua

expansão. A maior fonte geradora de renda desta região era a extração da erva-mate, que chegou ao seu final.

Na década de 50, grupos econômicos adquiriram do governo do Paraná glebas de terra na região, com a finalidade de colonização. A Colonizadora Criciúma Ltda., que possuía terras próximas a Foz do Iguaçu, foi um dos grupos que teve maior contribuição para a colonização de Santa Terezinha de Itaipu. Os investidores conseguiam comprar terras a preço muito baixo na região, com o compromisso de transformar as partes de terra devolutas em núcleos habitacionais. As áreas de terra correspondentes ao que é hoje o município de Santa Terezinha de Itaipu estavam divididas em lotes de quarenta alqueires cada um. O pagamento era feito de uma pequena entrada tendo o restante do saldo parcelado.

Nesta época foram erguidas as primeiras construções no povoado. O escritório da colonizadora era improvisado em cima de um caminhão, onde se efetuavam as negociações de terra. Em 1952 foi montado o primeiro acampamento da colonizadora, uma casa de madeira coberta por sapé, para acomodar pioneiros e funcionários da empresa. Neste mesmo ano também foi construído o Hotel São Pedro, visando os compradores que viriam conhecer a região. No ano seguinte, a colonizadora instalou uma serraria e posteriormente uma olaria, iniciando assim o ciclo da madeira em escala industrial.

Iniciou-se então o êxodo de famílias de Santa Catarina em busca de terras para o cultivo de suas lavouras. Estas famílias almejavam transformar a região Oeste, ainda coberta pela mata virgem, em cafezais, a exemplo da região Norte do estado. Segundo os corretores da época, seria realizado um tipo de plantação e cultivo de café chamado "sombreado", uma nova espécie que havia sido inventada para facilitar nas transações de terra. Um dos argumentos usados nas negociações era que o tipo de solo seria semelhante ao do Norte do Paraná e o clima favorável a este tipo de plantio. Havia, porém a necessidade da derrubada das matas. A madeira garantiria o investimento aplicado nos cafezais. Isto de fato aconteceu, mas a plantação do café sombreado não obteve sucesso em virtude do clima da região. Em julho de 1953 caiu sobre a região uma geada muito forte, a qual destruiu os cafezais e o sonho dos colonos que haviam investido no plantio do café sombreado. Mas a terra era fértil e constatou-se a viabilidade do cultivo de outras culturas como milho, feijão, hortelã e, posteriormente, soja.

Santa Terezinha progrediu significativamente no ano de 1953. A movimentação comercial começava a crescer, com alguns estabelecimentos no ramo de secos e molhados e de materiais de construção, que atendiam as necessidades mais urgentes da pequena vila. Com a abertura da Rodovia BR-35, hoje BR-277, que ligava Cascavel à Foz do Iguaçu, começavam a circular os primeiros veículos, inclusive o automóvel da Colonizadora Criciúma, que trazia os compradores da companhia.

Em 1955 foi construída a primeira casa de alvenaria, o primeiro posto de gasolina e a primeira igreja católica da comunidade, batizada em homenagem à Santa Teresinha. Quatro anos mais tarde, a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu decretou a criação do Distrito Administrativo de Santa Terezinha, com a delimitação da planta colonizadora. A Lei nº. 230, da criação do distrito, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná nº. 212, de 19 de novembro de 1959, página 10.

Em meados de 1981, a população do distrito era de 11.137 habitantes, sendo 7.792 da área urbana e 3.745 da área rural. Santa Terezinha possuía vida própria e condições territoriais para se tornar um município. Nesta época foram criadas comissões, com o objetivo de recolher assinaturas e levantar a documentação necessária para dar início ao processo de emancipação. Em 20 de dezembro de 1981 foi realizada uma consulta plebiscitária para a emancipação do Distrito Judiciário de Santa Terezinha, tendo como resultado 95% de votos favoráveis. Em 03 de maio de 1982 foi sancionado pelo governador Ney Braga a Lei nº. 7.572, a qual criava o Município de Santa Terezinha.

O projeto de emancipação obteve êxito, pois Santa Terezinha possuía todos os requisitos para se tornar independente, tanto por sua localização, condições geográficas, políticas e demográficas.

A Santa Terezinha acrescida de “Itaipu” - O nome do município foi alterado para Santa Terezinha de Itaipu, pois já existiam na Bahia e no Ceará outros dois municípios com o nome de Santa Terezinha. Foi acrescida “Itaipu” devido à construção da barragem no Rio Paraná, no município de Foz do Iguaçu, a Itaipu Binacional.

Etnia: A colonização do município deu-se através de migrações provenientes de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Norte do Paraná. Posteriormente, instalou-se também na sede do município população remanescente da construção da Usina

Hidrelétrica de Itaipu, de origem nordestina e mineira. O meio rural é composto basicamente por descendentes de italianos e alemães. Em menor escala, encontramos também descendentes de poloneses, ucranianos, portugueses e negros.

4.2 Diagnóstico da situação-problema

A Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu tem uma estrutura administrativa compatível com suas necessidades, composta de Secretarias, Departamentos e Seções.

O âmbito de estudo pretendido qual seja a participação popular nas audiências públicas está inserido nas Secretarias de Planejamento e Finanças, responsáveis por toda a documentação necessária para a sua realização, além de contar com todo o pessoal técnico e administrativo competente.

Para facilitar o entendimento das atribuições de cada pasta mencionada, transcrevemos as competências do Departamento de Orçamento e Gestão Fiscal que faz parte da Secretaria de Planejamento:

“Compete ao Departamento de Orçamento e Gestão Fiscal:

- O controle, acompanhamento e avaliação dos planos, programas, convênios e orçamentos;
- Acompanhar e controlar a execução orçamentária de modo que a administração esteja a par da execução dos programas ou plano de trabalho previstos no orçamento;
- A Orientação aos órgãos da administração na elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e seus orçamentos anuais;
- Elaborar e encaminhar ao chefe do poder Executivo e Legislativo a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária, PPA – Plano Plurianual e a Proposta Orçamentária, de acordo com as legislações pertinentes;
- **Promover Audiência Pública em Cumprimento a Lei Complementar 101/00**
- Elaborar Relatório de Gestão Fiscal
- Elaborar Relatório de Atividades;
- Atualizar o banco de dados do Município – Perfil Municipal
- Estudar os processo e assuntos solicitados pela Prefeita, elaborando os projetos que se tornem necessários;
- Assessoramento a Prefeita Municipal e aos demais órgãos da administração, em assuntos de sua competência e o fornecimento de dados e informações a fim de subsidiar o processo decisório.”

Fonte: <http://www.stitaipu.pr.gov.br/index.php?id=1058>

Há destaque à promoção das audiências públicas, em cumprimento à Lei Complementar No. 101, pois este é o objetivo principal deste estudo.

Dentro da Secretaria de Finanças, transcrevemos também as atribuições do Departamento de Contabilidade, responsável direto pelo registro dos dados financeiros e contábeis que fazem parte da audiência pública quadrimestral:

“Departamento de Contabilidade

O Departamento de Contabilidade é a unidade de serviço da Secretaria de Finanças ao qual atribuí os registros e controles contábeis, financeiros, patrimoniais e o registro da execução orçamentária, bem como demais atividades abaixo descritas:

Prestação de contas mensal pelo SIM-AM - Sistema de Informações Mensais, e o encaminhamento de documentação relativo ao balanço anual ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e também junto ao PCA - Prestação de Contas Anual por meio eletrônico.

Conferências de Projetos de Leis de natureza orçamentária, reservas de recursos orçamentários para Projetos de Leis, bem como para processos de licitações, conferência e lançamentos de decretos e demais processos em alterações orçamentárias.

Publicação e Relatórios Resumindo da Execução Orçamentária - RREO bimestral e Relatório de Gestão Fiscal - RGF período semestral no órgão de divulgação oficial do Município.

Controle e acompanhamentos das despesas e aplicação mínima na Educação, Saúde, Fundeb e também acompanhamento da Receita Corrente líquida e índices em despesas com pessoal, (folha de pagamento).

Prestações de contas eletrônicas junto ao Ministério da Saúde através do SIOPS, Ministério da Educação através do SIOPE e a Secretaria do Tesouro Nacional SISTN/Caixa Econômica Federal.

Controle e acompanhamento de repasses de subvenções sociais a 08 (oito) entidades do Município subvencionadas, bem como orientações e análises das suas prestações de contas e digitação das mesmas junto ao SIM-AM do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Prestação de contas das doações efetuadas por pessoas físicas e jurídicas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente junto a Secretaria da Receita Federal, bem como apuração mensal dos valores devidos, recolhidos do PASEP e prestação de contas dos recolhimentos através do sistema DCTF da Secretaria da Receita Federal.

Prestações de contas aos Fundos Municipais da Criança e Adolescente, da Assistência Social, Fundo Municipal de Saúde com reunião ao referido conselho e audiência trimestral da Saúde, Conselho, e Funrebom do Corpo de Bombeiros, com a emissão de balancetes, demonstrativos de aplicações bem como demais demonstrativos e orientações necessária aos referidos conselhos.”

Fonte: <http://www.stitaipu.pr.gov.br/index.php?id=1039>

Conforme se depara da leitura das atribuições do Departamento de Orçamento e Gestão Fiscal e de Contabilidade da Prefeitura, a responsabilidade direta pelos atos da audiência pública fica delimitada nas Secretarias de Planejamento e Finanças, sendo a responsabilidade maior da primeira.

Foi exatamente neste contexto que desenvolvemos o trabalho, ouvindo os técnicos da Secretaria de Finanças e da de Planejamento, através do contato direto e dos questionários já entabulados no anexo.

Sem a participação destas secretarias não seria possível realizar este trabalho, mormente por terem acatado grande parte das sugestões apresentadas durante a realização de duas audiências públicas obrigatórias, acontecidas no período de estudo.

Foi justamente a partir da manifestação dos técnicos que organizam a audiência pública que surgiu todo o embasamento deste estudo, a problemática da falta de participação popular, sendo este inclusive um aspecto relevante que preocupa os gestores municipais.

Apesar da relevância que a administração pública municipal dá à audiência pública, de outro lado, não há a recíproca da comunidade, que se mantém apática aos acontecimentos.

Apenas algumas pessoas da comunidade participam das audiências públicas e ainda muitas vezes, por interesse político, tratando-se de ex-candidatos a vereador ou pretendentes ao cargo. É nítida a falta de interesse da comunidade em geral pela audiência pública, problema este que afeta os organizadores que muitas vezes se sentem desestimulados a fazer um bom trabalho durante sua realização.

Durante a realização deste estudo, houve uma interação um pouco melhor com os servidores que organizam as audiências públicas, tratando-se de técnicos renomados e de alto gabarito, com vasta experiência em administração pública, profundos conhecedores da realidade tanto da administração pública quanto da comunidade local, mas que sobretudo acreditam que é possível fomentar a participação popular nas audiências públicas.

5. PROPOSTA PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DIFERENCIADA

Conforme consta das normas do projeto técnico objeto desta especialização, o aluno deve “propor a implantação medidas, no campo da Gestão Pública, para solucionar problemas identificados na organização pública objeto do projeto. Incluem-se neste caso, por exemplo, projetos que visem implantar melhorias no Orçamento Público, ***implantar Mudanças Organizacionais***, Novos Procedimentos em gestão de operações, implantação de redes de cooperação, Melhorias logísticas, Pesquisas de Satisfação...”.

Neste sentido, buscando atender aos objetivos propostos pela UAB, após constatado o problema da falta de participação da população nas audiências públicas organizadas pela Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, apresentamos uma proposta para que as referidas audiências públicas possam atrair mais pessoas da comunidade, dentro de um critério mínimo de organização e solenidade.

Cabe destacar que esta é apenas uma proposta que, merecendo aprovação por parte dos coordenadores do curso, será encaminhada à Chefe do Poder Executivo Municipal para implantação pela administração pública.

É de destacar também que toda a mudança na administração pública acontece de forma paulatina, pouco a pouco e que no caso sob análise, certamente aos poucos irá acontecer.

A proposta apresentada neste estudo é fruto da experiência pessoal de vários servidores públicos que ao longo deste trabalho contribuíram com idéias que poderão, ao longo do tempo, valer para a melhoria das audiências públicas, contribuindo para o fortalecimento da democracia e da participação popular.

5.1 – Desenvolvimento da Proposta e plano de implantação:

Para melhor compreensão da proposta, especificamos abaixo a proposta, que envolve os atores do cenário da administração pública local:

a) Atos prévios à audiência pública:

1º passo: Ato do Gestor Público ou Secretário Municipal de Planejamento:

Designar uma comissão organizadora composta por no mínimo três pessoas integrantes da Secretaria, encarregada de organizar do princípio ao fim o evento.

2º passo: Atos da Comissão Organizadora:

Definir o tema, dia hora e local adequado para a audiência pública, bem como as autoridades, profissionais, lideranças comunitárias e representantes de instituições públicas e privadas a serem pessoalmente convidadas.

Confirmar a agenda do Prefeito que deverá ser previamente articulada e assegurada, de modo que a data da audiência Pública deverá ser acertada em conjunto com os poderes envolvidos.

Em sendo audiência pública obrigatória, as constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal, devem ser especialmente convidados o prefeito municipal, secretários municipais das diversas áreas, especialmente saúde, educação, esportes, assistência social, planejamento, fazenda e finanças, presidente da Câmara Municipal e demais vereadores, membros do Conselho Municipal dos Direitos (se existentes), autoridades policiais, dirigentes de entidades de atendimento e projetos sociais, diretoras de escolas públicas e privadas, lideranças comunitárias, presidentes de associações de bairro e de comunidades rurais, autoridades religiosas, clubes de serviço (Rotary, Lyons, etc), representantes dos setores produtivos (associação comercial e industrial, CDL) e órgãos de imprensa locais e regionais.

Expedir os ofícios ou convites. Se necessário, buscar apoio de órgãos públicos ou privados para auxiliarem na organização e mobilização. Providenciar a logística que se fizer necessária, como serviço de som, documentos que devam ser apresentados, estatísticas e informações relevantes a respeito do assunto que será debatido e pessoal de apoio, sendo importante que se possa contar com pelo menos uma pessoa para secretariar a mesa diretora dos trabalhos e lavrar a ata ou relatório final.

A prévia e ampla divulgação deve ser providenciada junto aos meios de comunicação disponíveis (rádio, jornal, etc.) e também mediante afixação de avisos em locais estratégicos.

Providenciar uma lista de presença para que seja assinada pelos participantes no dia da audiência pública, indicando os órgãos/entidades que representam.

b) Atos durante a realização da audiência pública:

Composição da mesa:

Convidar para integrar a mesa o prefeito municipal, presidente da Câmara de Vereadores, presidente dos Conselhos Municipais (se houver), Secretários Municipais, Presidentes das associações de bairros se estiverem presentes e outras pessoas/autoridades a critério da organização.

- Abertura da audiência pública:

Instalação ou abertura com a fala do Prefeito ou pessoa por ele convidada (que tenha domínio suficiente do tema), contextualizando o tema, sendo importante abordar os seguintes aspectos: aspectos da realidade do município e respectiva região, democracia participativa, importância e obrigatoriedade legal dos conselhos representativos e entidades da sociedade e do respaldo da população para consolidação da participação popular.

- Exposição feita por Contador ou Secretário Municipal acerca dos dados financeiros e orçamentários da pasta correspondente, expondo as receitas e despesas, considerando os quadrimestres do ano anterior e comparando com o atual.

- Expor a evolução da receita e da despesa comparativamente com os anos anteriores.

– Intervenções dos integrantes da mesa

Seguem-se as intervenções do Presidente da Câmara e demais integrantes da mesa que queiram fazer uso da palavra, sendo que o prefeito municipal (ou seu representante) deverá ser o último a manifestar-se.

Ajustar previamente os tempos das manifestações, de modo a evitar prolongamentos que possam tornar a audiência cansativa ou desviá-la de seus objetivos.

- Intervenções do público

Facultar a palavra ao público participante da audiência, mediante inscrições e delimitando-se os tempos das intervenções.

- Encerramento da audiência pública

Encerrar fazendo os agradecimentos pela presença e participação de todos e convocando a comunidade a continuar participando ativamente do processo de implantação dos conselhos e da construção de políticas municipais cada vez mais adequadas e eficientes.

- Documentação:

Deverá ser lavrada uma ata ou relatório da audiência pública, com registro sintético das presenças e resumo das manifestações, proposições, conclusões e encaminhamentos. A lista de presença deverá ser anexada à ata.

A documentação da Audiência pode se por registro fotográfico, de vídeo ou de áudio-cassete, conforme disposição da Comissão Organizadora.

5.2 – Recursos:

Os recursos humanos, materiais, financeiros e instalações já estão todos disponíveis e constantes do orçamento municipal, tendo em vista que as audiências públicas já estão acontecendo normalmente na administração pública municipal desde a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, no ano de 2001.

Com a implementação da proposta sugerida, não haverá aumento de despesa, pois trata-se apenas de formas procedimentais. Os recursos já estão sendo suportados pelo orçamento municipal que não terá qualquer alteração em face das modificações sugeridas.

5.3 – Resultados esperados:

Espera-se que uma audiência pública realizada desta forma, dentro de critérios mínimos de organização, dando ênfase à participação da população, seja

através das organizações sociais, seja através dos representantes comunitários, políticos e religiosos, tenha capacidade de atrair mais pessoas da comunidade, haja vista que será dada especial relevância para este ato, acompanhado de toda a cobertura da imprensa local que fará a divulgação do acontecimento em tempo real, além é claro, de toda a cobertura pela página eletrônica da Prefeitura Municipal.

Espera-se também que a mobilização das lideranças locais seja a grande alavanca da participação popular, pois poderá despertar nas massas o interesse em acompanhar um evento que estará fazendo parte do cenário municipal naquela determinada data, onde os líderes estarão presentes e também farão o convite a seus liderados para participar.

CONCLUSÃO

O tema tratado neste estudo deixou claro que inexiste no Brasil dados técnicos e informações sólidas quanto à forma de organização de audiências públicas, sendo escassa a bibliografia a respeito do assunto.

Demonstrou também que é possível implantar uma nova sistemática no atual modelo seguido pelos técnicos da Prefeitura e pelo gestor sem aumento da despesa pública para a realização das audiências públicas.

O estudo feito ao longo dos últimos meses mostrou que é possível paulatinamente modificar a mentalidade dos gestores no sentido de tornar as audiências públicas mais atrativas, de forma que a população participe efetivamente, através da mobilização de seus líderes.

Este estudo mostrou que por menores que sejam as alterações nas rotinas administrativas das Secretarias Municipais, estas acontecem muito lentamente, pois a preocupação maior dos técnicos e administradores está em cumprir determinados requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, apenas para constar no “papel” que a audiência pública foi realizada.

Os resultados práticos das audiências ainda não são sentidos, pois ainda há a mentalidade de que o que realmente importa é constar em um documento que a audiência quadrimestral foi realizada.

Mesmo com tantos fatores contrários à dinâmica de uma audiência pública inovadora, conclui-se que sua aplicação não está longe de acontecer, principalmente por encontrar servidores públicos dispostos a quebrar a rotina administrativa e fazer a diferença. Esta disposição ficou estampada pelos atos dos servidores que contribuíram para este trabalho, implementando desde já idéias que num futuro próximo poderão atrair pessoas interessadas às audiências públicas municipais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MEIRELLES, Elu Lopes, Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 13ª Edição, 1987.

ANDRADE, Rui Otávio B.; Amboni, Nério. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2007.

ARAUJO, Luis Cesár G. de. **Organização, Sistemas e Métodos** e as modernas ferramentas de gestão organizacional: arquitetura, benchmarking, empowerment, gestão pela qualidade total, reengenharia. São Paulo: Atlas, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2003.

IBGE, **Estatísticas sobre a cidade de Santa Terezinha de Itaipu**. Disponível em: <http://www.ibge.com.br>. Acesso em 10/03/2011.

SOARES, Evanna. A audiência pública no processo administrativo. IN: <http://olharcristao.blogspot.com/2008/08/o-que-sao-audiencias-publicas.html>. Acessado em 21/07/2011.

<http://www.stitaipu.pr.gov.br/>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm

ANEXO 1: Questionários dirigidos aos organizadores das audiências públicas no Município de Santa Terezinha de Itaipu:

**PROJETO TÉCNICO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO (A identificação é facultativa)**

Nome: Gisselle Verônica Enng
Cargo/função: Contadora
Organização: Prefeitura Municipal Sta Terezinha Itaipu
Sexo: () Masculino ☒ Feminino - Idade: 51

Questionário:

1) Quais são as audiências públicas de sua responsabilidade?

Audiências do PPA, LDO e LOA e as quadrimestrais de Metas Fiscais

2) Quem as organiza?

A secretaria de planejamento; com os dados contábeis e as informações e materiais entregues pelas

3) Como é definida a forma de apresentação do tema? de mais secretários

Em reunião com a prefeita e secretários

sempre primando por uma linguagem acessível, não utilizando termos técnicos.

4) Qual o tempo destinado à participação das pessoas presentes?

Já no início da apresentação dos temas e dev-
xado aberto para questionamentos

5) Como são relatados os acontecimentos durante a audiência?

Através de exposições dos assuntos por multimí-
dio.

6) Quais os encaminhamentos de suas decisões após sua realização?

Nas páginas do TCE, para os secretários

7) Na sua opinião, como deveria ser organizada uma audiência pública para cumprir suas finalidades?

Com uma maior participação popular.
Apesar dos inúmeros convites às associações,
entidades, ainda é pequeno o n.º de
municipais e representados, bastando
levar em conta que nem mesmo os
vereadores se fazem presentes.

**PROJETO TÉCNICO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO (A identificação é facultativa)**

Nome: Katia Adriane Quintante
Cargo/função: chefe de seção.
Organização: Prefeitura Mun. Sta Terezinha de Itaipu
Sexo: () Masculino ☒ Feminino - Idade: 32

Questionário:

1) Quais são as audiências públicas de sua responsabilidade?

P.A, ISO, SOA e as metas fiscais dos quadrimestres

2) Quem as organiza?

A secretaria de Planejamento.

3) Como é definida a forma de apresentação do tema?

Seguindo sempre a Lei 101/00 e sempre de forma
que a população entenda.

4) Qual o tempo destinado à participação das pessoas presentes?

no final da apresentação, ou pode ser interrompida a
qualquer momento

5) Como são relatados os acontecimentos durante a audiência?

através de apresentação em slides.

6) Quais os encaminhamentos de suas decisões após sua realização?

7) Na sua opinião, como deveria ser organizada uma audiência pública para cumprir suas finalidades?

Deveria ser um^{do} realmente público, nem sempre a
população se faz presente, mesmo com convite.

PROJETO TECNICO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

JOSE GIEMBRA

CONTADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

MASCULINO – 46 ANOS

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO

1 – Compete ao Município as audiências públicas cf. Lei 101/2000 Art. 45 § único, PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA (Lei Orçamentária Anual), Execução Metas Fiscais Quadrimestrais, e ainda os demonstrativos da execução trimestral do Fundo Municipal de Saúde (Lei 8689/93, Art. 12).

2 – A organização compete ao Secretário ou diretor do Setor de Planejamento no caso do PPA, LDO e LOA, quanto ao prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, compete ao gestor do fundo o Secretário Municipal de Saúde na parte de produção e serviços de saúde ofertados a população, e ao contador do Município na parte de dados contábeis por ter mais facilidade na linguagem técnica contábil.

3 – A forma definida é livre sempre procurando demonstrar numa linguagem simples zelando pela transparência que deve ser a administração publica.

4 – o tempo é livre não temos tempo mínimo ou máximo, depende da participação e questionamentos durante as apresentações.

5 – São relatados de uma forma simples traduzindo a linguagem técnica numa linguagem simples e transparente para o conhecimento e entendimento dos munícipes.


6 – Não ocorre encaminhamentos sobre decisões, pois demonstramos no caso das audiências quadrimestrais de metas fiscais e trimestrais do Fundo Municipal de Saúde a despesa já executada pois trata-se de uma prestação de contas já executada, quando as Audiências do PPA, LDO e LOA possam surgir indicações sugestões, pois trata-se de propostas que estão sendo encaminhadas ao Poder Legislativo para apreciação e votação dos vereadores que compõem aquela Casa de Leis.

7 - O que mais nós técnicos sentimos nas audiências de um modo geral é a falta de interesse da população em geral, vereadores e lideranças, pois nas audiências públicas são demonstrados detalhadamente por pessoas técnicas

qualificadas de uma forma transparente os assuntos em questão, mas infelizmente se faz chamamento por editais em jornais, radio, convites pessoais entre outros meios mas a participação popular não acontece, é o momento que a população bem como seus representantes teriam a oportunidade de acompanhar questionar, tirar duvidas entre outros assuntos.

Santa Terezinha de Itaipu, 16 de setembro de 2011.


Jose Giembra
Contador CRC/PR 040100/O-6


2º Paulo AP dos Santos
SECR. FINANÇAS

ANEXO 2:

FOTOS: Audiência Pública quadrimestral realizada na Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu em 29 de setembro de 2011.



Secretário do Planejamento da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu procedendo a abertura da Audiência Pública Quadrimestral.



Servidores Públicos do Município presentes à audiência pública.



Secretária da Saúde expondo as despesas de sua pasta durante audiência pública.



Secretário do Planejamento fazendo o encerramento da audiência pública.